

## **ENCARTE 2**

### **ANÁLISE DA REGIÃO DO PEVV**

O Parque Estadual de Vila Velha encontra-se localizado no segundo planalto paranaense, na região denominada Campos Gerais, município de Ponta Grossa, às margens da rodovia BR-376. A área a ser considerada para análise abrange o entorno imediato do parque e sua zona de amortecimento.

A zona de amortecimento não é uma zona da unidade propriamente dita, mas sim uma faixa variável no entorno, que garante a integridade dos atributos naturais do Parque, impedindo que as conseqüências negativas das atividades antropomórficas atinjam a unidade.

As atividades potencialmente impactantes são identificadas e regulamentadas de modo a minimizar suas conseqüências.

Sob o ponto de vista da conservação a tendência natural para definir a Zona de Amortecimento, é utilizar como um dos critérios principais as áreas compreendidas pelas bacias hidrográficas que drenam o Parque, incluindo as cabeceiras dos rios Quebra Perna e Guabiroba e seus afluentes, localizadas na cota aproximada de 1.000 metros de altitude e que correspondem aos divisores de água situados ao norte do Parque, área onde inserem-se as Fazendas Capão Grande e Barrozinho e o Buraco do Padre.

A zona de amortecimento abrange uma superfície de 38.112 ha, em uma faixa que varia desde 2 km (distância mínima até o perímetro do parque) a 16 km (distância máxima).

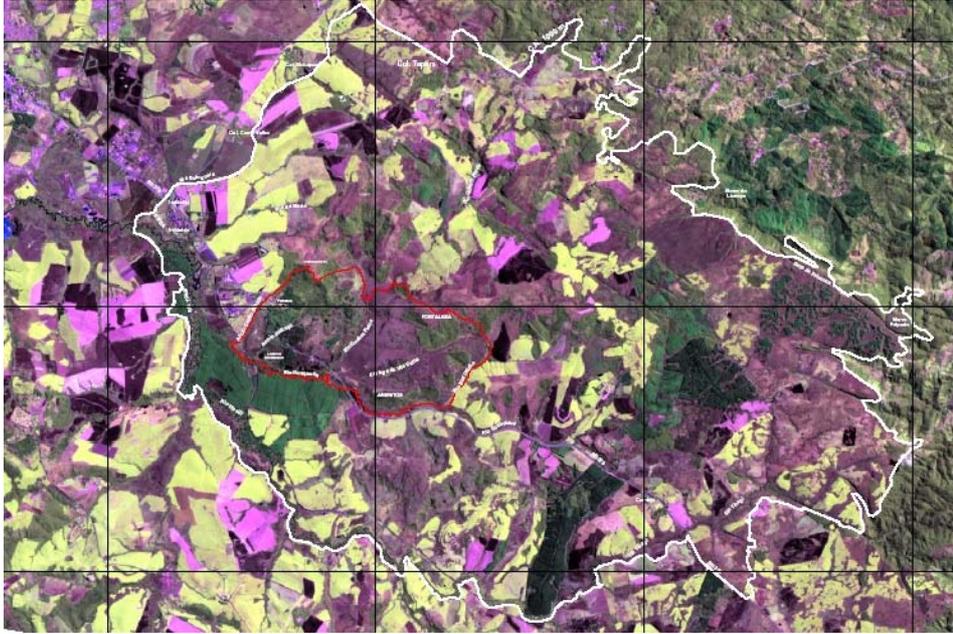


FIGURA 2.1 - ZONA DE AMORTECIMENTO DO PEVV

Ainda, é importante ressaltar que as propriedades lindeiras ao sul do Parque, principalmente as Fazendas Cambijú Moss e Rivadávia, têm importante papel na manutenção de níveis compatíveis de conservação que permitam o estabelecimento de áreas naturais contínuas entre o PEVV e a margem direita do rio Tibagi.

Por fim, a propriedade pertencente à Placas do Paraná, detentora de significativo plantio de pinus adjacente ao Parque é também digna de atenção, tendo em vista seu potencial de disseminação de espécies exóticas para o interior da unidade de conservação, bem como sua função na manutenção de áreas florestais, suscitando, portanto, sua inclusão na zona de amortecimento, a qual deve estender-se até a APP do rio Tibagi.

O principal objetivo da zona de amortecimento é garantir que as atividades antropomórficas não coloquem em risco a integridade, a diversidade e os atributos do PEVV, e para isto deve avaliar e normatizar estas atividades dentro desta faixa de amortecimento.

## 2.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

A cidade de Ponta Grossa está localizada no Centro-sul do Estado do Paraná, na Região Sul do Brasil, no segundo Planalto Paranaense, região conhecida como Campos Gerais.

A área dos Campos Gerais é formada por uma faixa de terra que vai de norte, divisa com o Estado de São Paulo, a sul, nos limites do Paraná com Santa Catarina. Os Campos Gerais encantaram o viajante francês Auguste de Saint Hilaire que, quando por aqui passou em 1820, fez a seguinte afirmação: "...do que acabo de dizer, pode-se concluir que não exagero em dar aos Campos Gerais a denominação de paraíso terrestre do Brasil)".

O crescimento urbano de Ponta Grossa foi influenciado de maneira muito particular por sua topografia. Geologicamente, Ponta Grossa se caracteriza pelas rochas sedimentares paleozóicas, destacando-se o Arenito Furnas (formação Furnas) e o folhelho Ponta Grossa (formação Ponta Grossa), ambos do período Devoniano e ainda o Arenito de Vila Velha (formação Itararé), do período Carbonífero.

Quem percorre a cidade de Ponta Grossa e seus arredores pode notar a grande variação de exposições rochosas e sua influência no relevo, cursos d'água e vegetação. Segundo Soares, (1975, p. 87), a região "se caracteriza por topografia muito pronunciada, devido à presença de rocha intrusiva ígnea (diabásio), popularmente conhecida por "pedra de ferro", a qual é responsável pelo grande "morro" de Ponta Grossa. (A grande intrusão de diabásio que corta a cidade em direção Nordeste e Sudoeste, é a responsável por sua topografia acidentada.) O perfil geológico mostra claramente este contraste: enquanto nos bairros mais orientais, como o de Olarias, afloram folhelhos argilosos do Devoniano, no bairro da Ronda ocorrem arenitos do tempo Carbonífero, separados por grandes falhas.

Os solos predominantes da região são sedimentares antigos formados pela decomposição de arenitos e folhelhos, tendo como consequência uma cobertura

vegetal predominante de gramíneas (campos limpos), com capões de mato arredondados e matas ciliares que acompanham os cursos de água. Em algumas matas ainda se faz presente o Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*), apesar de sua devastação. De todos os aspectos físicos do município, destacam-se na paisagem os arenitos de Vila Velha, testemunhos dos processos da natureza no transcorrer da história física do planeta.

Apesar desta topografia acidentada presente no sítio urbano, o município de Ponta Grossa apresenta um relevo suavemente ondulado, às vezes escarpado, apresentando ainda grande variedade de depressões, tanto em dimensões quanto em formas (as furnas, por exemplo). A drenagem não apresenta uma rede muito densa, porém bem orientada. Nela se destacam os rios Tibagi, Pitanguí, São Jorge, Verde, Botuquara, Guabiroba, Cará-Cará, entre outros. O clima da região de Ponta Grossa e dos Campos Gerais é classificado como subtropical úmido, com verões frescos e ocorrências de geadas no inverno.

### 2.1.1 Histórico da Evolução do Município de Ponta Grossa

Segundo Ponta Grossa (1990), a região dos Campos Gerais, situada na antiga Capitânia de São Vicente e habitada originalmente por indígenas da nação Guarani, recebeu os primeiros visitantes europeus já no início do século XVI, possivelmente quando das bandeiras por Aleixo Garcia, em 1526, e por Pero Lobo e Francisco Chaves, em 1531.

Em 1541, Dom Álvaro Nunes Cabeza de Vaca, nomeado Governador Geral do Paraguai, em uma viagem àquela colônia espanhola passou pelas localidades onde se fundaram posteriormente as cidades da Lapa, Palmeira e Ponta Grossa. Às margens do Rio Tibagi, segundo relato do Barão de Capanema, citado na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE, 1959), demorou-se entre os

índios, com quem trocou ferramentas por mantimentos, seguindo posteriormente rumo ao Oeste.

Durante muitos anos, a região serviu de passagem, tanto para as colônias hispânicas, como para bandeirantes originários de São Paulo. O processo de ocupação definitiva, no entanto, somente desencadeou-se a partir do século XIX, quando do estabelecimento de fazendas nas proximidades dos rios da região. Nesta época, os beneditinos do Mosteiro de Santos obtiveram a concessão dos campos por eles denominado Colônia de Santa Bárbara, não tendo, no entanto, conseguido efetivar a ocupação. Alguns anos mais tarde, foi feita uma doação de terras aos Jesuítas, que estabeleceram, com sucesso o Curato da Companhia de Jesus.

Neste intervalo a região passou a fazer parte da rota dos tropeiros que se dirigiam a feira de Sorocaba, enraizando definitivamente a ocupação da região por súditos da coroa portuguesa.

Por iniciativa de fazendeiros da região, decidiu-se estabelecer uma povoação na área, encarregando-se o capataz Francisco Mulato de localizar um lugar apropriado para tanto. Conta-se que este indicou o local conhecido por Chácara Dona Madalena, em Nova Rússia, assim definido pelo capataz: "... e encostado naquele capão que a ponta grossa".

Subordinada ao município de Castro, a vila progrediu rapidamente, sendo elevada a condição de freguesia em 15 de setembro de 1923, sob a denominação de Vila Estrela. Em 1855, passou a condição de município, já com a denominação de Ponta Grossa.

A constituição da população ocorreu através de desbravadores, tropeiros, famílias ilustres vindas principalmente de São Paulo, que pouco combinaram-se com indígenas e depois sofreram alterações étnicas provocadas por imigrantes. Destes, primeiro vieram os de origem portuguesa provenientes de São Paulo e mais tarde do Rio Grande do Sul. Em seguida se estabeleceram os alemães, poloneses, juntando-se a estes em menor escala os sírio-libaneses, ucranianos, austríacos,

espanhóis, japoneses, etc. Atualmente Ponta Grossa conta com aproximadamente 270.000 habitantes.

A economia é baseada na extração de talco, pecuária e agroindústria, principalmente a indústria da soja, que confere ao município o título de “Capital Mundial da Soja”. Também destacam-se as indústrias metal-mecânica, madeireira entre outras.

### 2.1.2 Preservação e Manejo do Patrimônio Cultural do Parque Estadual de Vila Velha e sua Área de Influência

A região onde está inserido, os Campos Gerais do Paraná, não só representa um fragmento ainda preservado do Patrimônio Natural, como também faz parte do processo histórico, colonial e pré-colonial do Estado do Paraná.

A arte rupestre, outrora elaborada por indígenas, encontra-se representada nas lapas ou abrigos sob rochas ao longo dessa região campeira, demonstrando a presença humana desde há muito tempo na região.

Os séculos XVI, XVII e XVIII, estão marcados com fatos que delinearam a cultura regional. As incursões de bandeiras paulistas, a introdução do sistema de sesmarias e o evento do tropeirismo significaram a crescente intensificação da ocupação e uso deste ambiente, os quais vêm deixando suas marcas, perceptíveis ainda hoje.

Entretanto, o aumento da população e as exigências dos recursos naturais do planeta estão exaurindo ecossistemas e comprometendo o equilíbrio e a qualidade de vida.

A criação extensiva de gado em campo nativo, a principal forma de uso da terra até o final da década de 60, é uma das principais características da cultura tropeira, e representa aproximadamente 200 anos de história. Da década de 70 em diante, o fomento às novas técnicas agrícolas e o início da agricultura extensiva,

com o trigo e a soja, proporcionaram uma rápida e profunda transformação da paisagem natural.

Apesar disto, ainda hoje, temos a presença viva da história, através das populações tradicionais dos Campos Gerais, tendo como exemplo os moradores lindeiros ao Parque Estadual do Guartelá ou em cidades históricas como a Lapa, Castro ou Tibagi. Na região do Parque Estadual de Vila Velha podemos citar as comunidades do Passo do Pupo, da Vila do Cercado ou o Sutil como um remanescente quilombola no Paraná.

Assim, consideramos os Campos Gerais do Paraná um importante Patrimônio Cultural do Estado. É dentro deste contexto que deveremos analisar qual o verdadeiro objetivo de uma Unidade de Conservação e, neste caso, do Parque Estadual de Vila Velha.

Pois nele, temos uma peculiar relação ecológica, cultural e econômica com a região circundante e para uma efetiva participação da população local faz-se necessário uma análise integrada, envolvendo diferentes abordagens relativas ao conhecimento humano para a análise e diagnóstico da paisagem local e regional.

#### 2.1.2.1 Pesquisas realizadas

##### **a) Período pré-colonial**

Os campos que constituíram a cobertura vegetal primitiva do Brasil, era caracterizado em virtude do clima semi-árido predominantemente até o período Neoquartenário, quando foi substituído por um clima pluvial com ocorrência permanente de umidade e precipitações uniformemente distribuídas por todos os meses do ano.

Estes fatores climáticos possibilitaram o desenvolvimento das matas a partir dos vales e encostas das escarpas. Desta maneira, deve-se considerar os campos cerrados e campos limpos do Paraná como forma de relictos (MAACK, 1968),

paisagem esta que deve ter sido a mesma na época em que os índios ali estiveram e executaram as pinturas.

É neste ambiente, caracterizado geomorfologicamente por vales escarpados, formando “canyons”, que vamos encontrar sítios arqueológicos com pinturas rupestres, também denominados de abrigos sob rochas.

A fauna característica da região se encontra representada na arte rupestre, legada pelos indígenas que habitaram os Campos Gerais. Segundo Blasi (1972), com exceção de um único caso de representação de figura antropomórfica, ocorrida na margem direita do Rio Iapó, Município de Tibagi, todas as demais encontradas no Paraná mostram cenas inspiradas na fauna local.

Os primeiros informes sobre a presença de arte rupestre no Paraná datam de 1958, quando os pesquisadores Annette Laming e J. Emperaire, através de uma publicação sobre os problemas relacionados com a distribuição destas manifestações na América do Sul, incluem as impressões sobre o sítio denominado “Fazenda das Cavernas”, município de Piraí do Sul, visitado em 1956 pela primeira vez por pesquisadores de arqueologia.

Os arqueólogos Oldemar Blasi e Ney Barreto, através do Museu Paranaense realizaram, em 1964 e 1966, pesquisas na margem esquerda do Rio Iapó, Município de Tibagi, onde localizaram os sítios arqueológicos denominados Lapa Floriano e Lapa Ponciano, contendo pinturas rupestres semelhantes às encontradas na Fazenda das Cavernas.

No ano de 1970, O. Blasi localiza no município de Sengés novos indícios. Além de desenhos e pinturas parietais, foram coletados artefatos e ossos humanos, provas indiscutíveis da presença pretérita do homem nos Campos Gerais.

Outras informações sobre a arte parietal na região foram fornecidas pelo Prof. Igor Chmyz do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, em 1968, com a denominação de Sítio PR UV 05. Localizado às margens de afluente do Rio Quebra Perna, na Fazenda Cambiju, município de Ponta Grossa.

De 1987 a 1989, a Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, realizou o Projeto de Levantamento e Cadastramento de Sítios Arqueológicos – Arenito Furnas – 1.<sup>a</sup> Fase: Piraí do Sul, cujas atividades de campo deram continuidade às pesquisas desenvolvidas na região do Segundo Planalto Paranaense. Além do pretendido conhecimento das reais potencialidades arqueológicas da área abrangida, este projeto visou, principalmente, o inventário arqueológico para os órgãos competentes.

O Plano de Integração Parque de Vila Velha – Rio São Jorge, em 1990, através de seus trabalhos de campo, aplicou parte da metodologia utilizada em Piraí do Sul, tendo como resultado a localização de 06 sítios inéditos de pintura rupestre dentro da sua área de abrangência:

- SA 01 - Abrigo sob rocha com pintura rupestre. Localização: Margem esquerda do Rio Quebra Perna. 25°12'25" S e 49°58'07" O. Estado de Conservação: Ruim – sítio perturbado pelas queimadas dos campos.
- SA 02 - Abrigo sob rocha com pintura rupestre. Localização: Margem esquerda do Rio Quebra Perna. 25°11'52" S e 49°57'05" O. Estado de conservação: Regular - as pinturas foram parcialmente perturbadas pelas queimadas dos campos.
- SA 03 - Abrigo sob rocha com pintura rupestre. Localização: Margem esquerda de um afluente do Rio Quebra Perna. 25°11'14" S e 49°57'03" O. Estado de conservação: as pinturas estão parcialmente perturbadas pelas queimadas dos campos.
- SA 04 - Abrigo sob rocha com pintura rupestre. Localização: Margem esquerda de um afluente do Rio Quebra Perna. 25°11'60" S e 49°57'50" O. Estado de conservação: Regular - as pinturas estão parcialmente perturbadas pelas queimadas dos campos.

- SA 05 - Abrigo sob rocha com pintura rupestre. Localização: Margem esquerda do Rio São Jorge. 25°01'58" S e 50°03'28" O. Estado de conservação: o painel de pintura rupestre foi quase que totalmente perturbado pela ação das fogueiras de campistas.
- SA 06 - Abrigo sob rocha com pintura rupestre. Localização: Margem esquerda do Rio Guabiroba. 25°16'00" S e 50°00'50" O. Estado de conservação: bom.

### **b) Período colonial**

As atividades ligadas à pecuária e ao tropeirismo, desenvolvidas a partir da primeira metade do século XVIII, ao longo dos chamados “Caminhos das Tropas”, marcaram profundamente a história da região atravessada por esses roteiros. Determinaram a particular ocupação do espaço, induziram o surgimento de assentamentos urbanos e núcleos agro-pastoris e influenciaram o modo de vida, os costumes e as tradições da população ali estabelecidas. Algumas marcas de todo este processo são ainda visíveis; muitas delas, porém, estão desaparecendo, com prejuízo para o conhecimento e a preservação de importante segmento da história de um modo de ocupação e povoamento do Brasil Meridional.

Informações importantes destes momentos dos Campos Gerais são descritas, ao longo do século XIX, por viajantes como Auguste de Sant-Hilaire, Robert Avé Lalemant e Thomas Plantegenet Big Witter, que vindos de direções diferentes, conseqüentemente, nos proporcionam percepções distintas. Parte desta história, também é descrita por pesquisadores como Julio Estrela Moreira, Altiva Pilatti Balhana, Ritter ou Brasil Pinheiro Machado, que descrevem a história dos caminhos, o desenvolvimento agrário e econômico e a formação de uma sociedade, conseqüentemente de uma cultura.

O Plano de Integração Parque de Vila Velha – Rio São Jorge (1990), levantou seis sítios de valor histórico, nas proximidades do Parque Estadual de Vila Velha. Este patrimônio significa a representação material do contexto histórico formador cultural dos Campos Gerais. Estão assim distribuídos:

- SA 07 - Sítio Histórico – Muro de alvenaria de pedra. Localização: Margem esquerda do Rio Quebra Perna. Extremidade sudoeste da formação rochosa “Fortaleza”. 25°13’10” S e 49°59’48”O.
- SA 08 - Ruínas de muro de alvenaria de pedra. Localização: Margem direita de afluente do Rio Guabiroba. 25°14’58” S e 49°58’09” O.
- SA 09 - Ruína de muro de alvenaria de pedra. Localização: Margem esquerda do Rio Quebra Perna. 25°12’37” S e 49°56’40” O.
- SA 10 – Ruína de muro de alvenaria de pedra. Localização: Margem direita do Rio São Jorge. 25°02’05” S e 50°03’09” O.
- SA 11 - Capela Santa Bárbara. Localização: Fazenda Santa Bárbara. Margem esquerda do Rio Pitangui. 25°02’30” S e 50°04’10” O.
- SA 12 - Capela Santa Luzia. Localização: Fazenda Nasce O Dia. Nascente do Rio Botuquara. 25°09’42” S e 49°59’45” O.

A Coordenadoria do Patrimônio Cultural tem realizados trabalhos na região dos Campos Gerais, especialmente com o Caminho das Tropas em levantamento documental e físico-geográfico e nas Cidades Históricas, algumas já tombadas como é o caso da Lapa e Castro ou sítios de importância como a Capela do Tamanduá.

### 2.1.3 Proposta de Preservação e Manejo do Patrimônio Cultural dos Campos Gerais

#### **O Parque e o Tombamento**

O termo meio ambiente tem sido utilizado por quase todos para indicar um espaço em que um ser vive e se desenvolve trocando energia, interagindo com ele, sendo transformado e transformando-o. No caso do ser humano temos que considerar

ainda o espaço sócio-cultural. Ao interagir com os elementos do seu ambiente, a humanidade provoca modificações que se transformam historicamente e também muda sua visão a respeito da natureza; aprende a respeitá-la e a preservá-la.

Dessa interação homem-natureza, alguns fenômenos naturais, que por sua raridade ou imponência, despertam, imediatamente no homem seu senso estético e simbólico, que passam a interagir com esses fenômenos com uma visão de preservação.

**Vila Velha**, uma área preservada e tombada pelo Patrimônio Histórico do Paraná em 18 de janeiro de 1966, é um desses fenômenos naturais em que a interação com o homem foi, desde seus primórdios, de veneração e respeito. A veneração dos primeiros homens à essa região é traduzida na poética lenda da formação da Lagoa Dourada e dos arenitos.

Mais de 100 milhões de anos para formar as imagens atuais. Tal imponência, grandiosidade e beleza conquistaram os homens que por lá passaram e continuam até hoje a atrair multidões, que se emocionam e despertam para a importância da natureza e da sua preservação. Por si só, essa formação mereceu ser tombada.

O tombamento tornou oficial o que já era consenso entre os habitantes da região: preservar essas belezas para que outros homens as desfrutassem; preservá-las para que a humanidade aprenda que nem tudo é imediato, que é preciso atuar em conjunto e com paciência para que a vida seja melhor e mais solidária. São lições que Vila Velha nos dá.

Tombar significa sempre um compromisso do poder público com a comunidade em desenvolver um trabalho de parceria. A transmissão de valores sociais e estéticos das populações locais contribui para o desenvolvimento sustentável, que deve ser incorporado pelas comunidades de tal forma, gerando ações responsáveis em todas as interações com o meio ambiente.

O tombamento de Vila Velha possibilitou uma ação mais ampla: o pedido de sua inclusão na lista de Patrimônio Natural Mundial. Título ainda não concedido, mas em processo de análise.

## **Proposta**

A preocupação com o Patrimônio Cultural Brasileiro tem impulso significativo com as propostas da Semana da Arte Moderna de 1922. Momento histórico na cultura brasileira em que as preocupações com as raízes autenticamente nacionais tornaram-se relevantes.

O tombamento procura conciliar a preservação através da compreensão da história e da cultura de uma região, pois possibilita uma análise da totalidade das relações que se dão e não estão restritas a certos fenômenos, quer sejam naturais ou históricos.

O conhecimento local em suas representações simbólicas e materiais expressa a visão popular sobre os ambientes. Esses conhecimentos são referenciais para a pesquisa e planos de manejo.

No caso do Parque Estadual de Vila Velha e seu entorno, é importante considerar como Patrimônio Cultural os indícios da cultura material e imaterial, como as manifestações artísticas e religiosas que se vêem representadas nas inscrições rupestres, por exemplo, as quais demonstram atividades sociais ou individuais em diversos graus de relacionamento com o ambiente natural. Considera-se, ainda, o modo de vida da população local e o conhecimento tradicional, em particular as relações que envolvem atividades de manejo da natureza.

Assim, o gerenciamento do Patrimônio Cultural do Parque de Vila Velha e seu entorno, considera-se os seguinte pontos:

- Realizar o inventário de Patrimônio Cultural, através de levantamento e cadastro, utilizando ficha específica para este fim, dentro dos limites da

Unidade de Conservação e de seu entorno geográfico imediato. Este inventário deverá ser atualizado periodicamente, considerando principalmente o seu estado de conservação e as estratégias para a sua preservação;

- Elaborar os requisitos de manejo do Patrimônio Cultural cadastrado, devendo receber uma ação de conservação adequada, respeitando assim a categoria a qual pertence;
- Incluir nas ações do plano de manejo da Unidade de Conservação a valorização do Patrimônio Cultural, com divulgação e educação, tendo como premissa básica os trabalhos realizados localmente, servindo inclusive de modelo para a região onde está inserida;
- Conscientizar e treinar todos os técnicos e auxiliares envolvidos diretamente com a administração da Unidade de Conservação, em relação ao valor, conceito e manejo dos recursos culturais.

### **Considerações finais**

Contudo, os violentos impactos ambientais promovidos por obras de grande porte, construções de estradas de ferro e rodagem, o surgimento de novos centros urbanos ou mesmo a agricultura extensiva, vêm causando destruição e descaracterização do patrimônio cultural, exigindo uma profunda reflexão dos pesquisadores, técnicos e dos órgãos competentes para sua proteção.

A preservação, entretanto, não terá sucesso se tais órgãos e os especialistas não buscarem na comunidade o apoio necessário para este empreendimento. O desconhecimento dos valores culturais contribui significativamente para a destruição do patrimônio cultural brasileiro.

### 2.1.3.1 Uso e ocupação da terra e problemas ambientais decorrentes

A fim de caracterizar a área de entorno utilizou-se conceito de paisagem local adotado pelo Plano Diretor do Parque Estadual de Vila Velha (1990). A mesma área também foi adotada pelo projeto intitulado "Plano para a conservação das paisagens remanescentes e desenvolvimento sustentável na área de entorno do Parque Estadual de Vila Velha (PEVV) nos Campos Gerais do Paraná", projeto este aprovado no Edital 03/2001 do PROBIO/MMA, com apoio financeiro do Banco Mundial e Governo Federal do Brasil.

Assume-se então como área de Entorno do Parque Estadual de Vila Velha (paisagem local) a área formada pela bacia do rio Quebra Perna (195 Km<sup>2</sup>). Na figura 2.2, pode-se visualizar o limite do parque, a bacia hidrográfica do rio Quebra Perna e o limite da zona de amortecimento.

Não se considera neste estudo a vila urbana denominada de Jamil, pois este está contido em outro sub-ítem do estudo antrópico.

A totalidade das propriedades agrícolas da área do Entorno são grandes propriedades, conforme Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agrária - INCRA (2002). A tipologia do produtor rural do Entorno, na maioria das vezes na condição de arrendatário, é considerada conforme metodologia de Man Yu (1993) e Payés (1993) como empresário rural tecnificado. No caso específico do arrendatário a exploração agrícola se dá através de culturas anuais (Soja (*Glycine max*), Milho (*Zea mays*), Trigo(*Triticum aestivum*) e Aveia preta (*Avena strigosa*)) normalmente obedecendo a rotação de culturas em sistema de Plantio Direto.

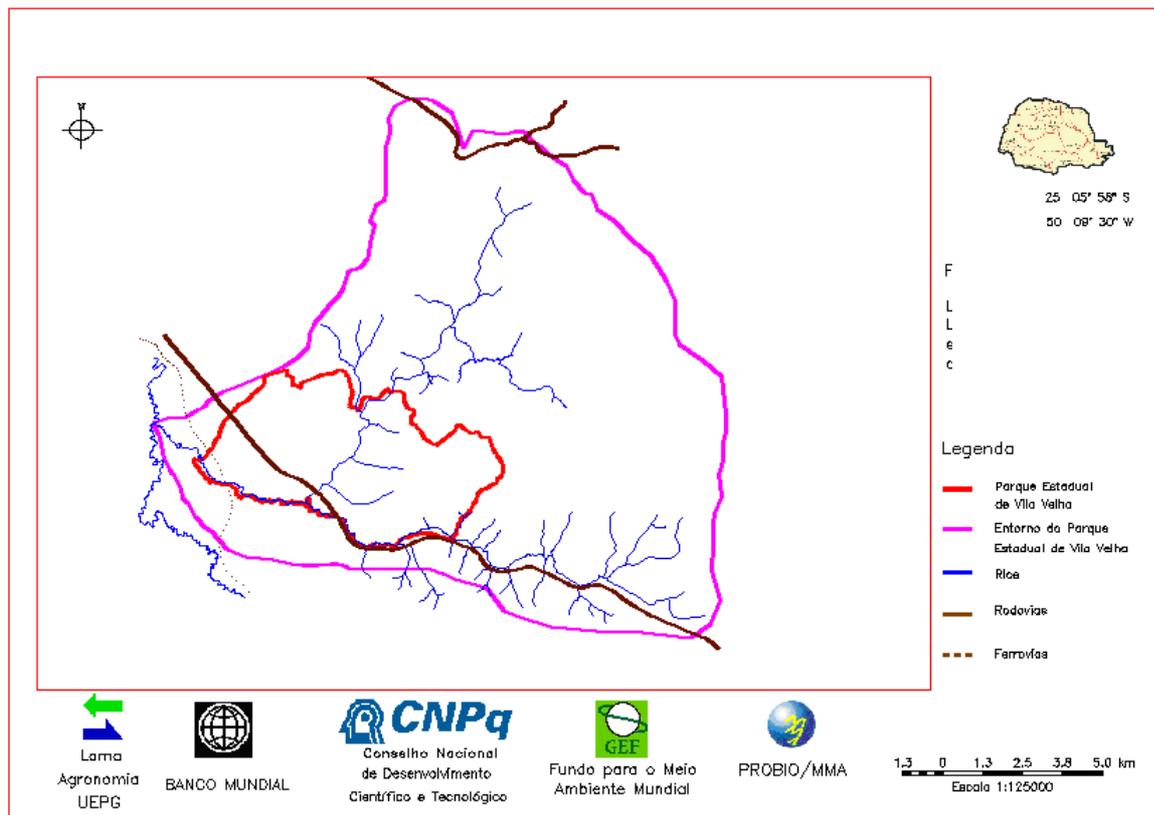


FIGURA 2.2 - LIMITES DO PARQUE, LIMITES DO ENTORNO E BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO QUEBRA PERNA

Interessante nesse item abrir um parêntese sobre o sistema Plantio Direto que tem a região como pioneira, chegando em 2002 a 25 anos de adoção nas primeiras propriedades. O referido sistema baseia-se na manutenção da cobertura vegetal do solo sendo esta morta ou viva. Tal fato tende ao longo dos anos o aumento da matéria orgânica do solo, melhorando a fertilidade química e física do mesmo. A fertilidade física que seria a melhor agregação das partículas, em conjunto com a cobertura do solo tende a diminuir significativamente a erodibilidade do solo, viabilizando novas áreas para a exploração agrícola, áreas estas temporalmente inviáveis para o cultivo agrícola quando da utilização do sistema convencional. A fertilidade química vem viabilizar a produtividade, e em consequência a exploração econômica. Atualmente existem estudos científicos que descreve o sistema de Plantio Direto como ecologicamente correto, pois com a manutenção da cobertura do solo sem o revolvimento do terreno, existe uma retenção natural de carbono,

processo este denominado de "seqüestro de carbono". Esta retenção iria contribuir para o não agravamento do efeito estufa.

Porém no caso específico do Entorno do PEVV o sistema Plantio Direto torna-se anti-ecológico pois possibilitou a exploração agrícola de áreas com solos rasos, arenosos e de baixa fertilidade natural, bem como o uso de áreas com declividades elevadas. A figura 2.3 demonstra as áreas com exploração intensiva.

No caso de conservação do solo existe uma prática utilizada por mais de 50% das áreas com agricultura do entorno do PEVV, na qual realiza-se um pequeno revolvimento do solo para a implementação da cultura de inverno, normalmente cultura para cobertura, sem exploração econômica, este é o caso da semeadura a lanço. Esta prática não é interessante, porém a aquisição da semeadora específica para essas culturas de inverno ainda é onerosa. O sistema de arrendamento adotado na região inclui, na maioria das vezes, a utilização de pequena porção das áreas arrendadas como pastagem no inverno para utilização de manutenção de gado bovino do proprietário.

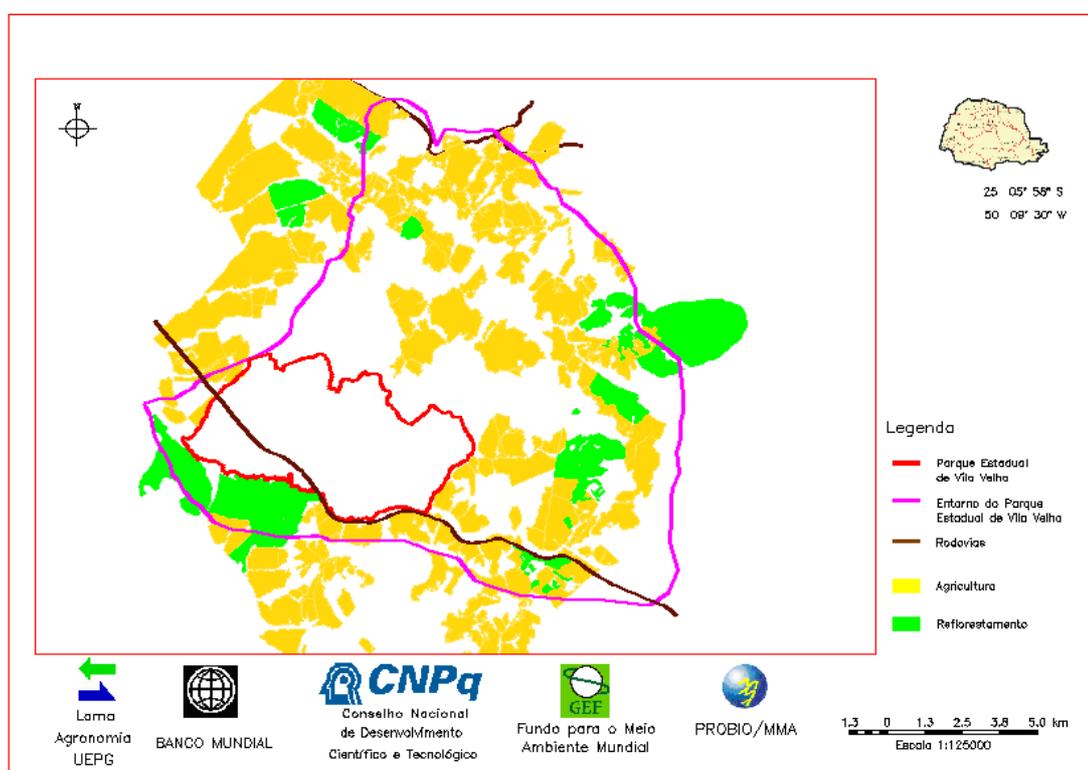


FIGURA 2.3 - LIMITES DO PARQUE, LIMITES DO ENTORNO E ÁREAS DE AGRICULTURA E REFLORESTAMENTO

A criação de gado na forma extensiva não é mais prática comum e apenas duas propriedades, esta prática foi identificada como de atividade de importância econômica. Em três propriedades também foram identificadas explorações intensivas de animais, onde os mesmos ficam confinados ou semi-confinados, utilizando proteína vegetal das culturas anuais implantadas. Esta prática é típica da região principalmente para suínos e gado de leite. No caso específico de suínos sabe-se que o dejetos gerado é um dos mais poluentes, sendo assim esta prática deveria receber um acompanhamento especial pelos órgãos responsáveis, principalmente na Zona de Amortecimento.

Outra atividade agrícola visualizada na Zona de Amortecimento foram os reflorestamentos, os quais estão em franca expansão na região. Foram encontradas várias áreas com reflorestamento de *Pinus* sp., cultura esta altamente degradante em termos de fertilidade do solo. Na figura 2.3 pode-se visualizar as áreas com a cultura de *Pinus* sp.

Quanto à presença de campo nativo, a situação é crítica, com certeza os relatos de Rocha (1995), onde restavam 9,2% da superfície original estimada por Maack (1968), não são mais verdadeiros. As áreas com vegetação nativa remanescente são em sua maioria superfícies aluviais, capões de mato e matas de galerias. Vegetações típicas de áreas não utilizáveis para a agricultura devido a impedimento físico acentuado. A figura 2.4 mostra as áreas remanescentes.

Neste item é interessante tecer comentário quanto a venda de duas tradicionais propriedades da região do Entorno, fazenda Barrozinha (1.910 ha) e fazenda Rivadávia (2.415 ha); as mesmas foram adquiridas pela Cooperativa Batavo, Carambeí, Paraná, que tem como objetivo a divisão das mesmas em propriedades menores e depois venda a seus cooperados. Com certeza áreas ainda não utilizadas para agricultura serão manejadas para o cultivo agrícola.

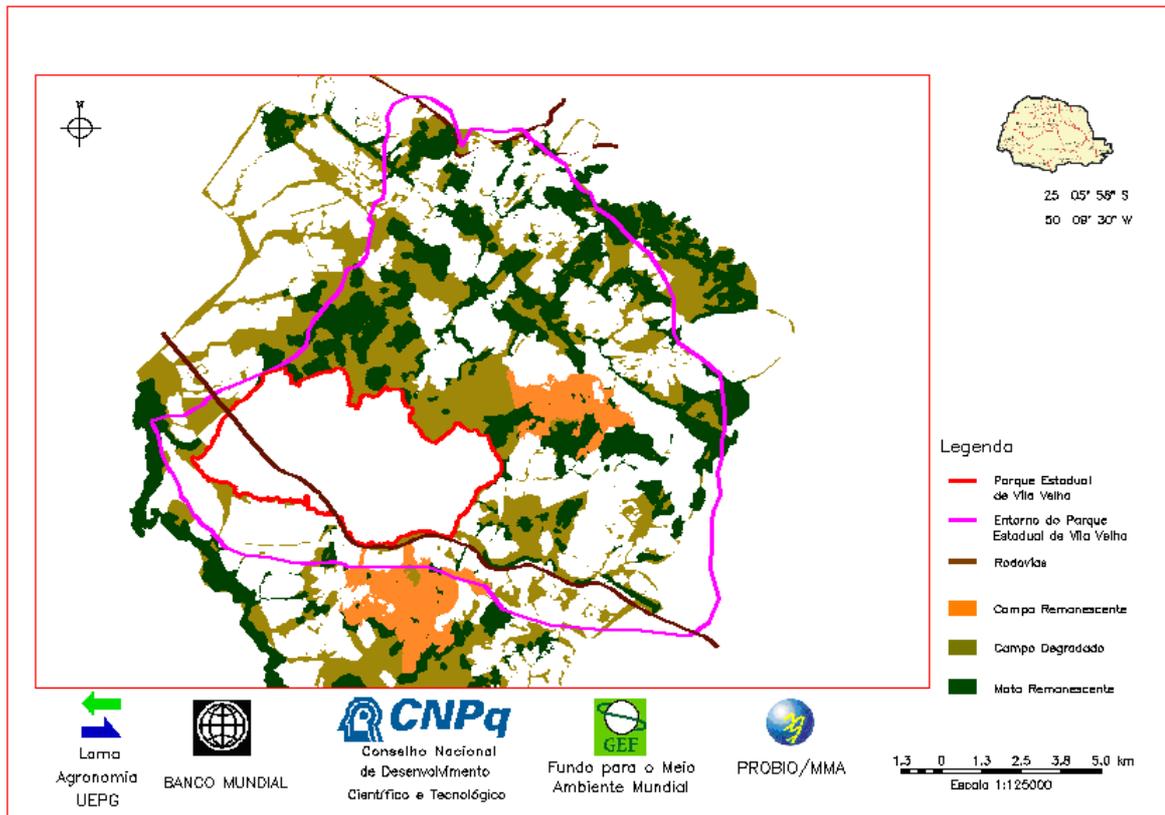


FIGURA 2.4 - LIMITES DO PARQUE, LIMITES DO ENTORNO, CAMPO REMANESCENTE, CAMPO DEGRADADO E MATA REMANESCENTE

Existe na região do Entorno uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), com sub-bosque de araucária, com área aproximada de 100 ha. Existem na área inúmeros pontos naturais de beleza ímpar, alguns praticamente desconhecidos pelo público geral e outros sendo explorados para a visitação sem qualquer plano de manejo. Interessante ressaltar aqui que nestes casos os proprietários se mostram também preocupados, porém não reúnem condições técnicas e econômicas para um melhor aproveitamento das áreas, caberia aqui uma melhor interação com os órgãos competentes. Um dos pontos mais interessantes e visitados, o Buraco do Padre, está hoje sofrendo estudos de equipe técnica capacitada visando a geração de plano de manejo.

Devido ao avanço indiscriminado das áreas ocupadas com agricultura, outros problemas se fazem notar, como a utilização de rios e córregos para a limpeza de pulverizadores agrícolas a retenção de água na forma de barragens, a

diminuição ou a inexistência de vegetação nativa na zona ripária. A atividade de caçadores é intensa no Entorno.

### 2.1.3.2 Características da população

O Parque Estadual de Vila Velha (PEVV) faz divisa com o bairro denominado Jardim Novo Vila Velha (antiga Vila Jamil). O Jardim Novo surgiu em meados de 1980, sendo que os primeiros lotes foram vendidos em 1982 e atualmente residem na área 200 famílias.

Há uma associação de moradores que representam os moradores do jardim Novo e também as famílias que moram na vila IAPAR (localizada dentro dos limites do Parque). A AMORVIVE (Associação de moradores do Jardim Novo Vila Velha), é bem organizada e realiza reuniões trimestrais e muitas vezes são tratados assuntos relativos ao Parque Estadual de Vila Velha, visto que a comunidade se interessa pelo mesmo já que traz qualidade de vida.

A vila surgiu do loteamento de duas grandes propriedades, uma do Sr. Jamil Bady Saad e outra, uma gleba da fazenda Capão Grande. Até o presente momento, a vila ainda é irregular. Destaca-se que dentro dos limites do Parque na Vila IAPAR, ainda existe a sede da antiga Fazenda Lagoa Dourada.

Conforme documento elaborado pela Divisão de Patrimônio Imobiliário:

Em 29 de setembro de 1986, o então secretário de Administração e Negócios Jurídicos, solicitou à assessoria municipal de Planejamento, elaboração de levantamento topográfico para a regularização do loteamento Vila Jamil, nesta prefeitura e no Registro Imobiliário, o levantamento da documentação referente à Vila Jamil, junto ao Cartório Imobiliário.

Constatou-se que tratava de imóvel rural, do qual haviam sido vendidas partes ideais em comum, que estava matriculado sob o n.º 14.074, Reg Geral da 2.ª Circunscrição Imobiliária. Por tratar-se de imóvel rural, não cadastrado no município, deixou-se de tomar qualquer providência a respeito. Assim, sequer a 1.ª fase da regularização foi efetuada, pois os moradores não procederam o registro de todas as escrituras.

O surgimento da Vila iniciou-se através de um loteamento irregular e até o momento a situação não foi resolvida. De acordo com a Divisão de Patrimônio Imobiliário da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, em 1992 a documentação estava toda com a prefeitura, com exceção do registro de escritura de dois lotes, de Noé Duarte Borba e Sebastião Sobrinho. Esses casos ficaram pendentes pelo fato de um estar envolvido em inventário e o outro por processo de divórcio no Rio Grande do Sul.

Apesar do Jardim não ser regularizado perante a Prefeitura, o IPTU é cobrado. Atualmente a vila conta com aproximadamente 160 moradias, sem a probabilidade de expansão, já que todos os terrenos estão ocupados e as divisas do Jardim são a rodovia BR-376, o PEVV e grandes plantações agrícolas.

Muitos são os problemas enfrentados pelos moradores do Jardim. Um dos problemas é relacionado ao transporte coletivo. Os horários de ônibus são insuficientes.

Os investimentos para estruturas públicas, incluindo o saneamento básico (distribuição de água e coleta de esgoto) partiram de iniciativas da própria comunidade.

O esgoto local é canalizado, porém lançado *in natura* até o arroio Capão Grande (que delimita a área do Parque com o Jardim). O arroio foi escolhido por já ser utilizado pelo IAPAR e pela Polícia Florestal.

O abastecimento de água na região não é feito pela SANEPAR. Como testes foram feitos e a qualidade da água foi considerada muito boa, um poço foi perfurado pela Asurema e a comunidade assumiu o poço artesiano, cuidando da infra-estrutura da caixa-d'água, bomba e colocação de cloro (com orientação da prefeitura).

O Plano de Manejo para o parque, prevê um conselho gestor. Um dos representantes deveria ser da comunidade do entorno. Em 18 de Agosto de 2001 houve a eleição para o representante da Comunidade no Conselho Gestor do PEVV. Tiveram direitos de voto todos os proprietários de terra num raio de 10 km e a votação foi fiscalizada pelo IAP. Quatro candidatos disputaram a vaga, eleito somente um representante, porém alega que nunca participou de nenhuma reunião,

o que fez com que a comunidade se sentisse deixada de lado na questão da revitalização do Parque.

A vila possui atendimento médico, no Posto de Saúde, que fica localizado dentro da Vila do IAPAR. A Escola Pascoalino Provisero conta com 23 funcionários, dos quais 16 são professores e os demais serventes, secretárias e cozinheiras. De acordo com Souza (2001), a escola é considerada a principal instituição do Jardim, sediando diversas festividades, além de atender 315 alunos. Ainda na comunidade não é verificada evasão escolar e tampouco analfabetismo de adolescentes e jovens. A escola ainda oferece todos os meses eventos para os moradores da vila e das regiões de onde os demais alunos vem.

Responde pela direção da Escola, a professora Meire Corgozinho, a escola se encontra dentro dos limites do Parque e segundo a diretora o prédio pertence a prefeitura municipal de Ponta Grossa, funcionando como escola municipal até à 4.<sup>a</sup> série e como escola estadual de 5.<sup>a</sup> à 8.<sup>a</sup> série, possuindo inclusive nomes diferentes Escola Municipal Pascoalino Provisiero e Escola Estadual Parque de Vila Velha, respectivamente. São duas entidades no mesmo prédio. Antigamente, a escola funcionava num antigo pavilhão do IAPAR e possuía o nome de Escola Isolada Parque de Vila Velha.

O total de alunos em 2002 é de 235, (em 2001 eram 315), sendo, 138 de 1.<sup>a</sup> à 4.<sup>a</sup> e 97 de 5.<sup>a</sup> à 8.<sup>a</sup>. A escola atende alunos que moram na Vila do IAPAR, no Jardim Novo e em fazendas próximas. O papel da escola na comunidade é muito importante, visto que a escola promove diversos eventos, campanhas de vacinação, auxiliando principalmente na divulgação das atividades da Vila.

Após a conclusão do ensino fundamental, a evasão é grande devido à diversos motivos, em especial o deslocamento, em função de horários de ônibus não condizerem com o horário das aulas. Como muitos adolescentes trabalham durante o

dia, no horário noturno não há ônibus para o retorno, porém, a prefeitura cede um ônibus para o transporte escolar que leva alguns alunos que moram próximos à rodovia.

Uma das reivindicações da diretora da escola é o fato de que a escola não foi informada em nenhum momento pelo IAP sobre quais seriam as medidas tomadas na revitalização. A principal preocupação dos moradores do Jardim, com a retirada dos funcionários da Vila do IAPAR é o fato de que com menos alunos, a escola pode ser fechada. Como não houve nenhum pronunciamento oficial a respeito, os moradores ficaram preocupados.

Além disso, expõem que nenhum benefício foi destinado à escola. Enquanto o quartel da Polícia Florestal, em frente, está ganhando novos alojamentos, a escola não foi lembrada, sendo que gostaria de participar, auxiliando em todo o processo. Uma das necessidades colocadas foi a da ampliação de uma sala de informática, para proporcionar aos moradores do entorno maiores possibilidades de aprendizado.

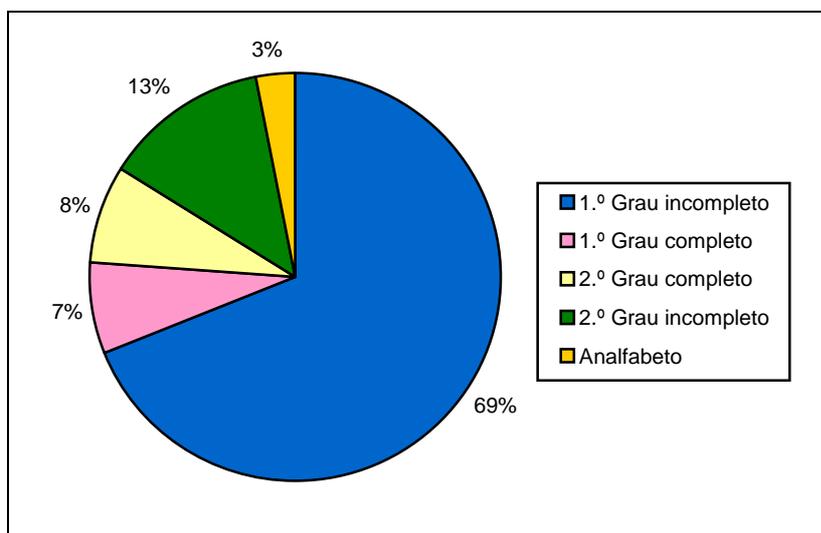
Uma exposição dos principais objetivos desta pesquisa foi feita à diretora da Escola, que incentivou a idéia, visto que a escola quer estar presente no processo e auxiliar, quando necessário.

### 2.1.3.3 Visão das comunidades sobre o Parque Estadual de Vila Velha

Em abril de 2002, foi aplicado questionários Apesar do loteamento da antiga Vila Jamil ter sido iniciado em meados dos anos 80, percebemos que a população está na área já há bastante tempo. Do total dos entrevistados, 22%, estão na vila entre 30 e 40 anos. Isso se deve ao fato de que muitas das pessoas que trabalhavam e moravam na Vila do IAPAR, aposentaram-se e por gostarem do local e estarem acostumadas com a tranquilidade e segurança, investiram em lotes localizados na Vila Jamil.

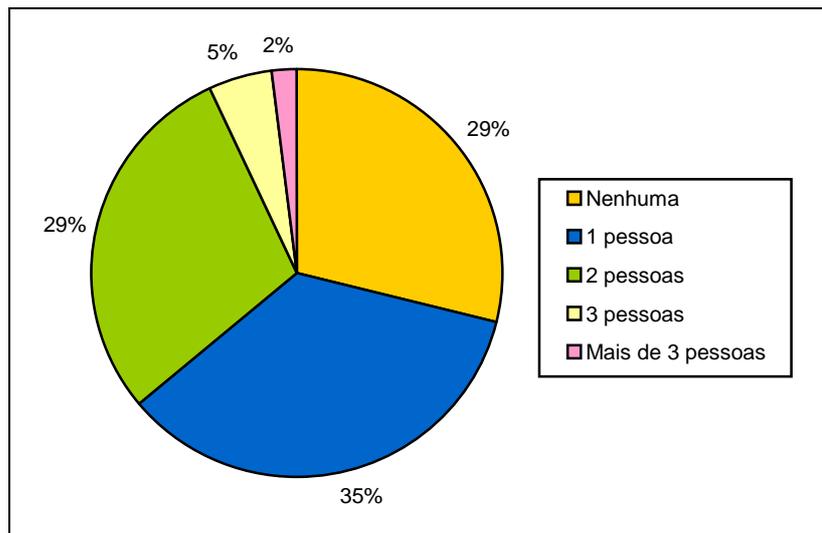
O nível de escolaridade apresentado no gráfico 2.1 era uma das questões mais importantes para a definição dos critérios para os possíveis candidatos à realização do curso de condutor. O índice de pessoas que não possuem o 1.º grau completo foi muito evidente, totalizando 69%. Nenhuma pessoa das entrevistadas possuía curso superior e devido a diversos problemas relacionados ao transporte escolar, constatamos que das 86 pessoas entrevistadas, nenhuma cursou uma universidade, e até mesmo três eram analfabetas. Com o segundo grau completo, que era a intenção da verificação, encontramos a segunda maior porcentagem, 13% totalizando 11 pessoas.

GRÁFICO 2.1 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Outra questão relevante para a formatação do curso para os condutores era saber quantas pessoas teriam entre 18 e 30 anos morando com a família (gráfico 2.2). Percebe-se que somente 29% das casas não possuem indivíduos nessa faixa etária, e que 71% sim, demonstrando que há o potencial para ser aproveitado, no desenvolvimento de cursos para formatação de condutores para o Parque Estadual de Vila Velha.

GRÁFICO 2.2 - NÚMERO DE PESSOAS ENTRE 18 E 30 ANOS



Na segunda parte do questionário, foram verificados os conhecimentos relativos ao PEVV, conservação da natureza e o interesse em se trabalhar como condutor no Parque. Quando questionados se conheciam o parque, como mostra o gráfico 2.3, as respostas indicaram que a maioria dos moradores o conhecem na sua totalidade, somente 5% não conhecem os Arenitos (conhecendo a Lagoa Dourada e Furnas) e 3% não conhecem nada do Parque. Porém, é importante destacar, que a frequência de visita ao Parque, pela comunidade é relativamente pequena, como pode ser observado no gráfico 2.4.

GRÁFICO 2.3 - CONHECE O PEVV

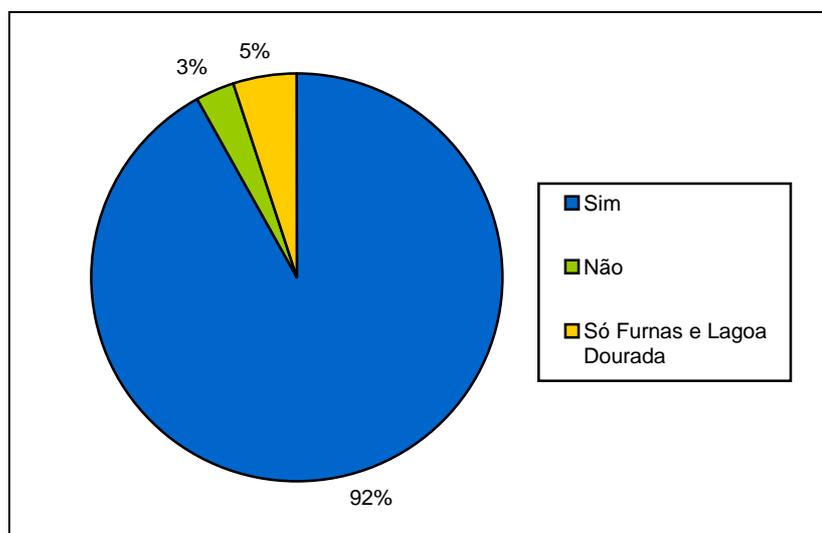
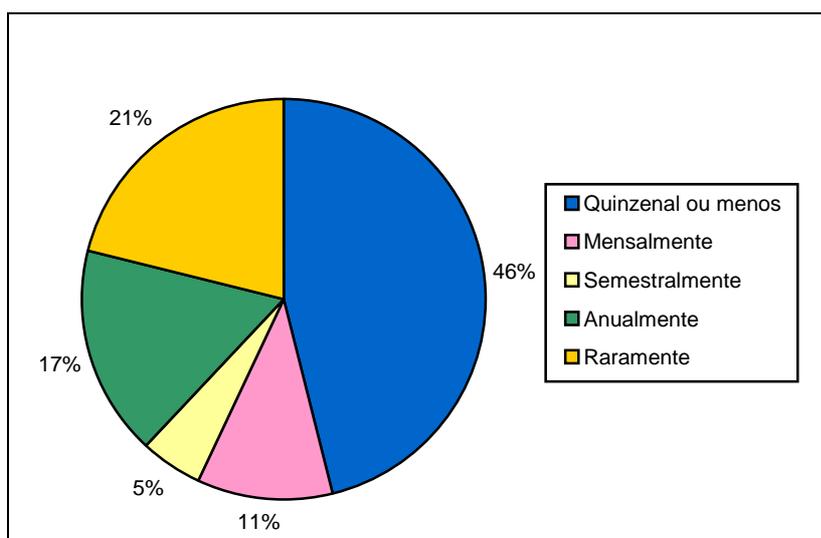


GRÁFICO 2.4 - FREQUÊNCIA DE IDA AO PARQUE



Relevante, para estabelecer a relação entre a comunidade e o Parque, era perceber a importância do Parque para o entrevistado. Como a questão era aberta, a diversidade de respostas foi significativa. Entretanto, percebeu-se que o principal foco de importância está centrado na possibilidade de empregos que o parque gerou e ainda pode gerar, sendo que a oportunidade de emprego foi citada por 23% dos entrevistados. A segunda resposta mais citada foi a importância do turismo, (12%), porque o turista também pode trazer benefícios para a comunidade. A importância para a preservação da natureza para as futuras gerações também foi lembrada, bem como a questão do valor cultural e ecológico, divertimento, área de lazer, sossego, lembranças (ex-funcionário do IAPAR), e divulgação da cidade. Somente para 8% dos entrevistados o parque não apresenta importância nenhuma.

Observa-se que a relação entre as famílias e o Parque no que diz respeito aos empregos é grande. Em 70% das famílias entrevistadas algum membro da família presta ou já prestou serviços no Parque. Entre as funções, a mais citada foi a dos cargos do IAPAR, serviços de carpinagem, tratorista, recepcionista, portaria, eletricitista, atendente de lanchonete, entre outros.

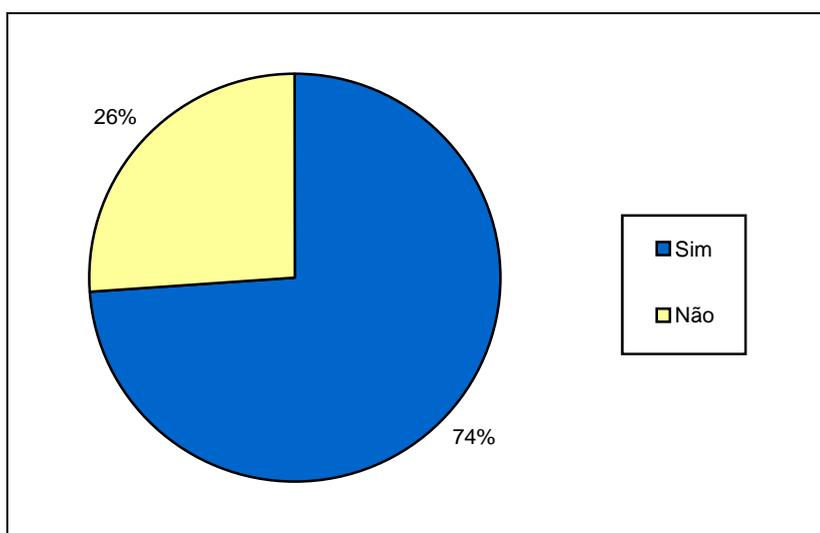
Outro questionamento, foi em relação a importância da conservação do meio ambiente. Notadamente, essa foi a mais complexa das questões a serem

respondidas. Os entrevistados pensavam e solicitavam auxílio aos pesquisadores, sendo que 26% não responderam. Os que responderam, destacaram, que é importante preservar o meio ambiente pelos seguintes motivos: Pela qualidade de vida; Continuação da vida (bom para bichos, plantas, pessoas); Geração Futura; É bonito; Melhoria da Vila; Porque sempre existiu; Combate a Poluição; História dos Familiares; Porque é necessário; Para mantê-lo; Para preservação da Natureza; Para evitar a degradação; Turismo.

Mas, quando questionados sobre as vantagens de morar próximo ao parque, 74% respondeu afirmativamente (gráfico 2.5). Entre as vantagens, a mais citada foi o fato da tranquilidade, relacionada também a questão da segurança. Poucos são os roubos que acontecem na região, os moradores do Jardim são unidos, apesar dos problemas enfrentados. Alguns citaram o costume de morar próximo ao PEVV como uma vantagem, outros o emprego que o parque proporciona, a proximidade com a natureza e até mesmo houve a citação de que a vantagem está no fato de que o Parque possui uma linha de ônibus que passa pelo Jardim.

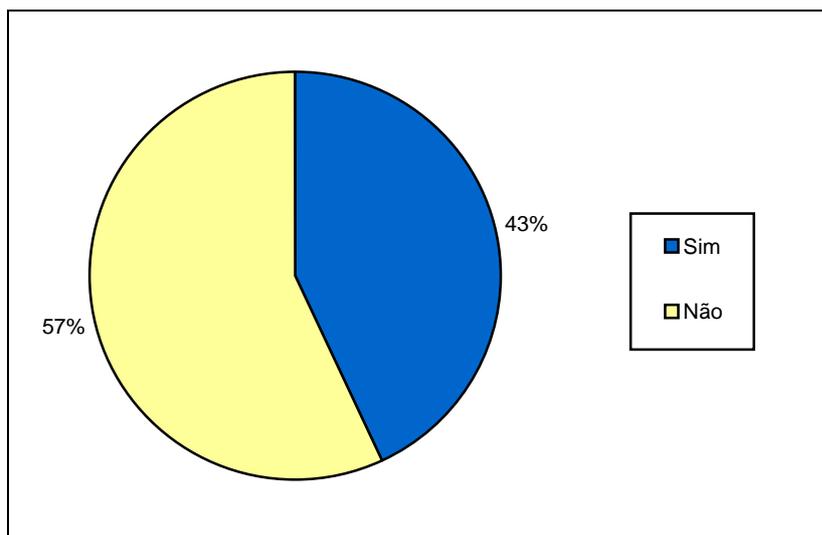
Entretanto, 26% respondeu negativamente. Entre as dificuldades levantadas está a questão do isolamento da cidade, falta de ônibus urbanos, e a falta de estrutura da Vila.

GRÁFICO 2.5 - VANTAJOSO MORAR PRÓXIMO AO PARQUE



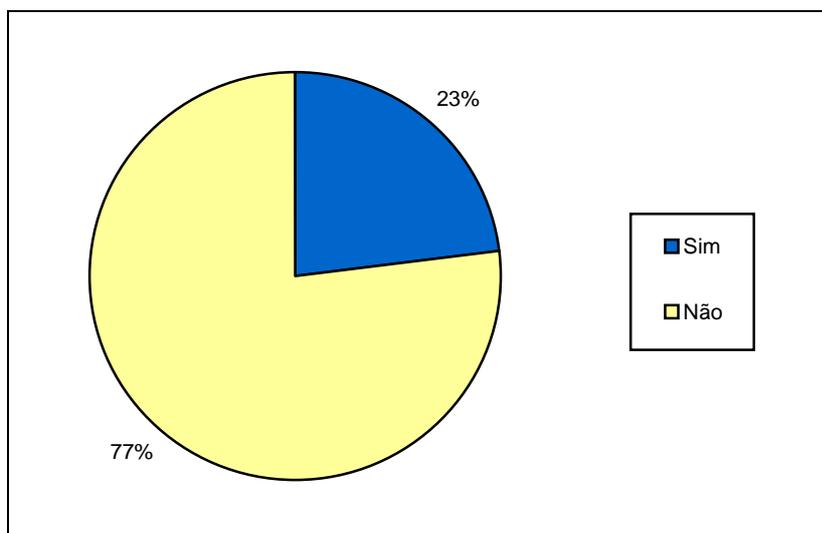
Quando perguntados se já haviam ouvido falar em Ecoturismo, mais da metade dos entrevistados foi sincera e respondeu negativamente. Então, os estagiários explicavam rapidamente os princípios que envolvem o termo Ecoturismo, enfatizando a questão da participação das comunidades locais (gráfico 2.6).

GRÁFICO 2.6 - OUVIU FALAR EM ECOTURISMO



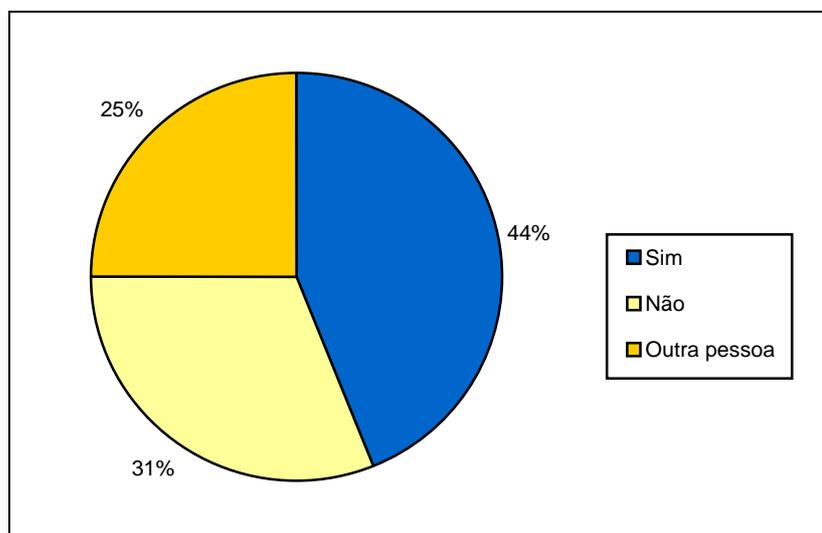
No gráfico 2.7, observa-se que 77% dos moradores entrevistados, também não conhecem o trabalho do condutor de Ecoturismo, pois não conhecem a atividade do Ecoturismo.

GRÁFICO 2.7 - SABE O QUE É O TRABALHO DE UM CONDUTOR DE ECOTURISMO



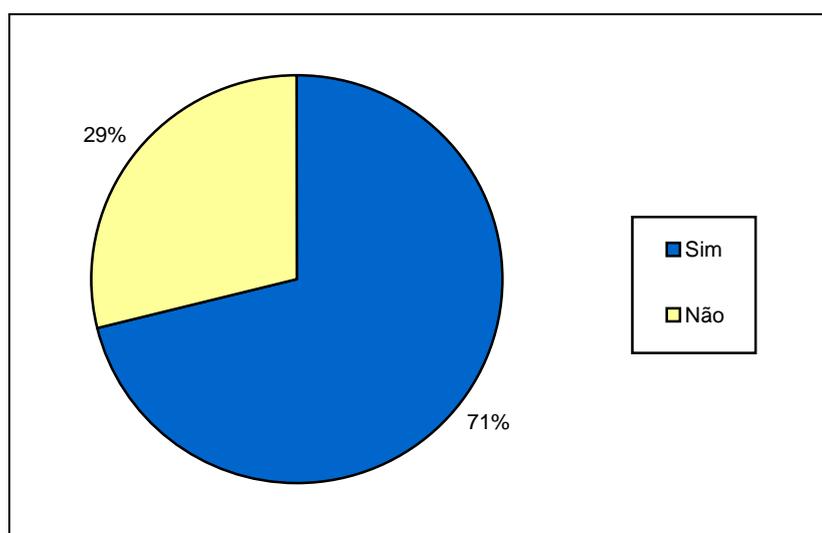
Mesmo não conhecendo o trabalho do Condutor de Ecoturismo, 44% das pessoas (gráfico 2.8), demonstraram interesse em ser um Condutor e 25%, afirmaram que em sua família, existe um membro interessado.

GRÁFICO 2.8 - INTERESSE EM SER CONDUTOR



Independente de ser condutor, interessante é destacar que 71% dos entrevistados, possuem disponibilidade para a prestação de serviços no Parque (gráfico 2.9).

GRÁFICO 2.9 - DISPONIBILIDADE PARA TRABALHAR NO PARQUE



A última questão aberta, solicitava que o entrevistado fizesse algum comentário a respeito do Parque. Vinte e sete pessoas, 31% se abstiveram. Entre os comentários surgidos, percebe-se um forte interesse a respeito das questões que envolviam a demolição das casas do IAPAR. Muitos são contra essa atitude do IAP, devido ao fato de terem parentes morando na Vila, e acreditam que a Vila pode ser prejudicada com a retirada das famílias, o que provavelmente não ocorrerá. Houveram muitas reclamações de que estariam demolindo as casas sem os moradores saberem o porquê.

Também foi notado que a expectativa é alta em relação à revitalização do Parque. Muitos esperam que agora a situação deles melhore, que mais empregos sejam gerados, que mais horários de ônibus sejam disponibilizados, que a comunidade seja ouvida e possa ser parceira na revitalização.

Alguns entendem que a preservação do meio ambiente é importante, mas as reivindicações a respeito da retirada dos moradores do IAPAR foi uma constante. Outros reclamaram que com o fechamento do Parque, a diversão dos moradores foi interrompida, sendo que o Parque também é visto como uma área de lazer.

Ainda com relação aos comentários, é interessante destacar algumas afirmações, que demonstram de alguma maneira, a não participação da comunidade da Vila neste processo tão importante de revitalização do Parque, onde o social não deve ser esquecido.

E falta na vila condução (principalmente para carregar os doentes), mercado, farmácia.

Devido ao pagamento do ingresso fica difícil a visita. Medo da retirada da escola. Ilusão sobre o treinamento de pessoas.

O parque não traz vantagens, não traz empregos. O parque vai trancar a via de acesso.

Nunca teve problemas com o parque. Firms que conduzem (realocam) os funcionários, não tem problema.

Revitalização pode prejudicar a vila.

O Parque é fenomenal, mas necessita de uma melhor infra-estrutura e que a comunidade seja valorizada.

Acha que os moradores da área do IAPAR estão sendo prejudicados.

Com a revitalização do parque, vai melhorar só para os outros e não para a comunidade.

Não gostaria que os moradores da área do IAPAR fossem retirados, porque a vila seria prejudicada por causa da escola, posto de saúde...

Os animais do Parque estão invadindo a vila (quatis, cobras).

A revitalização do Parque será importante para a conservação.

Pede para que o projeto tenha um "lado social" também, para que a vila receba algum benefício e que a situação da comunidade não piore.

## 2.2 IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DECORRENTES DA CRIAÇÃO DA UC

Atualmente, há 25 famílias que ocupam as casas do IAPAR, patrimônio público desde que a área pertencia a Secretaria de Agricultura do Paraná.

A questão que mais preocupa é a possibilidade de fechamento da escola com a retirada da população da Vila IAPAR e, conseqüente diminuição do número de alunos. Para tanto a associação têm a intenção de tentar relocar essas famílias em áreas no próprio Jardim Novo.

A empresa terceirizada pela Paraná Turismo oferecia até 2002 47% dos postos de trabalho da empresa e o restante é ocupado por moradores do centro urbano de Ponta Grossa.

A vontade de trabalhar no Parque, caracterizando uma maior ligação com a UC sempre foi constante. Em Outubro de 2001, foi encaminhado um ofício a Paraná Turismo e à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, sugerindo a criação de Grupos de Voluntários formados por moradores do Jardim, onde atuariam na eliminação de

focos de incêndio e como guias locais. Na proposta enviada, os guias seriam estudantes do ensino médio.

Para os moradores da comunidade, o Parque é responsável pela qualidade de vida que eles possuem. Com a revitalização a esperança é a de que mais oportunidades de trabalho sejam oferecidas, e de que haja uma preparação dessa mão-de-obra.

## 2.2.1 Aspectos Sócio-Econômicos

### 2.2.1.1 Infra-estrutura

O fluxo turístico de uma região é influenciado pelos seus próprios atrativos naturais e também pela oferta de bens e serviços turísticos. Segundo Mota, "a oferta constitui a matéria-prima da atividade turística mediante um conjunto de recursos naturais e culturais, aos quais se agregam serviços turísticos como os de transporte, hospedagem, alimentação e outros, formando, juntos, o produto turístico."

Sabendo da importância desses recursos como matéria-prima para o turismo, percebe-se a necessidade da sua manutenção e conservação para a fomentação da atividade turística de maneira sustentável e também do seu incremento "um segundo grupo da oferta é constituído pela oferta turística derivada que reagrupa o conjunto das prestações de serviços das empresas de turismo. Este tipo de oferta não pode satisfazer à demanda a não ser que haja uma combinação de diversos fatores dos dois tipos de oferta: a derivada e a original." (MOTA, 2001, p.70)

De maneira ampla pode-se dizer que a oferta turística engloba tudo o que um destino, uma localidade tem a oferecer para os seus moradores e seus visitantes. Esses serviços oferecidos pelo local são chamados de "*Trade Turístico*", ou seja, várias empresas que trabalham para ofertar produtos e serviços de turismo aos seus

consumidores. Os serviços turísticos segundo a EMBRATUR são constituídos pelos meios de hospedagem, serviços de alimentação, entretenimento e apoio.

As empresas de turismo têm como função satisfazer as necessidades dos turistas, mas essas necessidades são variadas, pois dependem da importância e do valor dado pelos consumidores e do grau de exigência e satisfação de cada um. As principais necessidades dos turistas relacionadas são as que originaram as principais empresas do ramo capazes de satisfazê-los.

Principais necessidades turísticas:

- deslocamento;
- locomoção;
- alojamento;
- segurança;
- alimentação;
- recreação e entretenimento;
- passeios;
- eventos;
- saúde;
- convalescência e restabelecimento;
- informação;
- comércio turístico;
- organização de viagens.

Não se pode destacar somente as empresas capazes de satisfazer as necessidades específicas dos turistas, mas deve-se ressaltar, também, outros serviços de infra-estrutura e de apoio ao turismo, pois a atividade turística usufrui deles direta ou indiretamente.

Oferta de serviços de infra-estrutura e de apoio ao turismo:

- transporte local;
- serviços de apoio a carros e ônibus;
- serviços bancários;
- serviços de saúde;
- serviços de segurança;
- serviços de informação e comunicação;
- serviços de energia;
- serviços de capacitação de recursos humanos;
- serviços de abastecimento de água e saneamento;
- controle de poluição.

O município de Ponta Grossa, no qual se encontra o Parque Estadual de Vila Velha, possui os serviços turísticos e de apoio necessários para atender a demanda turística. O que falta para a cidade é a existência de hotéis de categoria superior, já que o público visitante do parque é um pouco mais exigente, e se há o interesse de recebê-lo e fazer com que permaneça na cidade pelo menos 1 dia, é necessário atendê-lo da melhor forma possível.

Outro aspecto muito importante para complementar a infra-estrutura regional seria a existência de um centro de informações turísticas na cidade e até mesmo dentro do parque, assim, os visitantes poderiam ter informações dos serviços oferecidos além de conhecer outros atrativos da região, aumentando assim seu tempo de permanência.

### 2.2.2 Atrativos da Região

A região de Ponta Grossa apresenta uma série de atrativos naturais e culturais, conforme quadros 2.1 e 2.2.

QUADRO 2.1 - ATRATIVOS TURÍSTICOS NATURAIS DE PONTA GROSSA

NOME	ATRATIVOS
Buraco do Padre	Furna com 43 metros de profundidade, diâmetro de base de 25 a 37 metros e o diâmetro de abóbada de 19 a 25 metros, encaixada na falha geológica do Rio Quebra Perna e localizada a 26 km de Ponta Grossa,
Furnas Gêmeas	Duas furnas com aproximadamente 70 metros de profundidade, não contam com água em seu interior mas com uma vasta vegetação e uma rica fauna, localizadas a 1 km do povoado denominado Passo do Pupo.
Cachoeira do Rio São Jorge	Localizada a 17 km de Ponta Grossa, esta cachoeira de 25 metros de altura é formada pelo Rio São Jorge, formando piscinas naturais na base dos rochedos.
Capão da Onça	Mini-balneário com cachoeiras, corredeiras e piscinas naturais.
Cachoeira da Mariquinha	Cachoeira no Rio Quebra Perna, piscina natural, trilha e mirante natural de onde se vê todo o vale.
Alagados	Represamento do Rio Pitangui, localizado a 20 km de Ponta Grossa, formando um Lago conhecido como Alagados.
Represa do Rio Botuquara	Lago artificial formado em 1976 pelo represamento do Rio Botuquara, e cercado por um bosque natural com trilhas.
Parque Margherita Sannini Masini (Parque Municipal Chácara Dantas)	Pedreira desativada, em área de 5,8 ha que foi reflorestada com espécies nativas e exóticas e utilizada para recreação.

QUADRO 2.2 - ATRATIVOS HISTÓRICO-CULTURAIS DE PONTA GROSSA

NOME	ATRATIVOS
Capela Santa Bárbara	Um sítio histórico localizado junto à sede da Fazenda Santa Bárbara, antiga sesmaria do processo de colonização do município. Era o local de chegada de tropeiros e constituía ponto extremo do único caminho que ligava o município ao interior de São Paulo (Caminho do Maracanã).
Passo do Pupo	Pequeno vilarejo localizado entre o Buraco do Padre e as Furnas Gêmeas (Furnas Secas), cortadas pela estrada Ponta Grossa – Itaiacoca, conhecida como a Rodovia do Talco. Há construções com características arquitetônicas polonesas e uma bica que fornece água fresca para os aventureiros.
Parque Ambiental Governador Manoel Ribas	Localizado ao lado do Terminal Central de transporte coletivo e está entre as mais preciosas construções do começo do século XIX, como a Estação Ferroviária São Paulo – Rio Grande (prédio tombado pelo Conselho do Patrimônio Cultural do Paraná, em 1990), Estação Arte, Estação Paraná (primeiro prédio de Ponta Grossa, abriga atualmente a Casa da Memória) e a antiga Hervateria Brasil.
Mansão Vila Hilda	Construída na década de 20, pela família Thielen, a mansão é um dos últimos resquícios da arquitetura de habitação do início do século 20 (prédio tombado pelo Conselho do Patrimônio Cultural do Paraná, em 1990, e abriga atualmente a Fundação Cultural de Ponta Grossa).
Praça Manoel Floriano Peixoto	Primeira praça existente desde a formação da cidade, ponto também de parada para os tropeiros a caminho do Estado de São Paulo, no início do século XIX. Situada no ponto mais alto da cidade, sedia a Catedral, Monumento à Bíblia e Obelisco Comemorativo aos 150 anos de Ponta Grossa.
Museu Campos Gerais	Prédio construído em 1920 para abrigar o Fórum de Ponta Grossa, que funcionou neste local até 1982, quando foi instalado o Museu Campos Gerais.
Museu Época	Casa construída provavelmente em 1880, em estilo Art Nouveau, que reúne peças vindas de todo o Brasil.

